

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Orion Transmissão S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Orion Transmissão S.A. ("Companhia ou Orion"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e notas explicativas para o exercício findo nessa data, assim como as práticas contábeis materiais e demais informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Orion Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - SP

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	18.291	17.964
Aplicações financeiras	4	3.341	22.217	3.341	22.217
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	7.353	7.080
Adiantamento a fornecedores	7	30	-	1.230	1.668
Ativo contratual de concessão	9	-	-	32.450	31.268
Despesas antecipadas	11	333	-	1.004	581
Tributos e contribuições a compensar		864	368	1.641	818
Almoxarifado operacional	8	-	-	5.664	5.659
Dividendos a receber	5	4.934	2.236	4.934	2.236
Outros		-	-	190	203
		<u>9.502</u>	<u>24.821</u>	<u>76.098</u>	<u>89.694</u>
NÃO CIRCULANTE					
Ativo contratual de concessão	9	-	-	533.169	534.120
Caixa restrito	10	-	-	15.608	8.771
Investimentos	11	189.413	160.954	-	-
Intangível	12	-	-	16.250	17.846
Outros		-	-	53	320
Imobilizado		<u>31</u>	<u>-</u>	<u>321</u>	<u>-</u>
		<u>189.443</u>	<u>160.954</u>	<u>565.401</u>	<u>561.057</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>198.946</u></u>	<u><u>185.775</u></u>	<u><u>641.499</u></u>	<u><u>650.751</u></u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores		66	4	1.699	1.766
Empréstimos e debêntures	13	-	98.375	23.169	114.830
Tributos e contribuições sociais		134	8	1.900	1.686
Dividendos mínimos obrigatórios	16	2.545	-	9.061	2.941
Impostos diferidos	15	-	-	1.081	1.057
Encargos setoriais		-	-	766	453
Outros		<u>355</u>	<u>356</u>	<u>676</u>	<u>1.261</u>
		<u>3.101</u>	<u>98.743</u>	<u>38.352</u>	<u>123.994</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	13	-	-	312.560	324.251
Impostos diferidos	15	-	-	36.993	37.002
Provisão para contingência	14	-	-	82	82
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>349.635</u>	<u>361.335</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	194.056	101.056	194.056	101.056
Reserva Legal		536	-	536	-
Agio na subscrição de ações		(6.380)	(6.380)	(6.380)	(6.380)
Reserva de Lucros		7.634	-	7.634	-
Prejuízos acumulados		-	(7.644)	-	(7.644)
		<u>195.845</u>	<u>87.032</u>	<u>195.845</u>	<u>87.032</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				<u>57.667</u>	<u>78.390</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>198.946</u></u>	<u><u>185.775</u></u>	<u><u>641.499</u></u>	<u><u>650.751</u></u>

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstração dos resultados individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

NE	Controladora		Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Receita líquida	18	-	-	69.810	71.676
(-) Custos dos serviços prestados	19	-	-	(10.788)	(13.959)
(=) Resultado bruto		-	-	59.021	57.717
(-) Despesas administrativas	20	(509)	(1.374)	(2.502)	(4.535)
(-) Despesas tributárias		-	(5)	-	(5)
(+/-) Resultado com equivalência patrimonial	11	20.776	14.988	-	-
(±) Outras receitas e despesas		-	3	-	3
RESULTADO OPERACIONAL		20.267	13.612	56.519	53.180
(+) Receita financeira	21	2.361	700	5.388	2.685
(-) Despesa financeira	21	(4.270)	(12.553)	(33.999)	(42.854)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		18.358	1.759	27.908	13.011
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	24	-	-	(3.036)	(2.898)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	24	-	-	146	(29)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NÃO CONTROLADORES		18.358	1.759	25.018	10.084
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	6.660	8.325
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		18.358	1.759	18.358	1.759
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas:					
Controladores		18.358	1.759	18.358	1.759
Não controladores		-	-	6.660	8.325

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	18.358	1.759	18.358	1.759
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>18.358</u>	<u>1.759</u>	<u>18.358</u>	<u>1.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

NE	Capital social	Reserva Legal	Ágio na subscrição de ações	Prejuízos acumulados	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	102.650	-	-	(9.400)	-	-	93.250	88.598	181.848
Aumento/redução de capital	(1.594)	-	(6.380)	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	1.756	(7.974)	(18.533)	(26.507)
Destinação do lucro	-	-	-	1.756	-	(1.756)	1.756	8.325	10.081
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	101.056	-	(6.380)	(7.644)	-	-	87.032	78.390	165.422
Aumento/redução de capital	140.000	-	-	-	-	-	140.000	(27.383)	112.617
Adiantamento para redução de capital	(47.000)	-	-	-	-	-	(47.000)	-	(47.000)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	18.358	18.358	6.660	25.018
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	7.644	-	(7.644)	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	536	-	-	-	(536)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.545)	(2.545)	-	(2.545)
Destinação do lucro	-	-	-	-	7.634	(7.634)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	194.056	536	(6.380)	-	7.634	-	195.845	57.667	253.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	18.358	1.756	25.018	10.084
Ajuste ao resultado				
Receita com aplicações financeiras	(2.472)	-	(5.388)	-
Equivalência patrimonial	(20.776)	(14.988)	-	-
Juros e variações monetárias	4.163	12.501	9.853	36.872
Remuneração dos ativos de concessão	-	-	(53.314)	(53.310)
Receita de operação e manutenção	-	-	(10.005)	(12.278)
Receita de construção	-	-	-	(5.347)
Custo de construção	-	-	-	5.163
Pis e Cofins diferidos	-	-	20.637	485
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	17.422	409
Provisão e reversão da provisão para contingências, líquida	-	-	-	(112)
Outras adições	(316)	-	1.214	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	2.360	-	19.985
Ativo contratual de concessão	-	-	(231)	41.892
Concessionárias e permissionárias	-	-	(273)	81
Tributos e contribuições a compensar	(496)	(132)	(823)	(280)
Despesas antecipadas	(333)	-	(423)	(435)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(30)	-	438	16.007
Outros	-	373	280	(11.763)
Fornecedores	62	(46)	(67)	(3.874)
Tributos e contribuições sociais	126	(182)	214	9
Encargos setoriais	-	-	313	147
Partes relacionadas	-	-	-	(1.445)
Caixa restrito	-	-	(6.837)	(3.861)
Outros passivos	(13)	-	(585)	105
Dividendos mínimos obrigatórios	2.545	(13)	6.120	2.928
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	818	1.629	3.563	41.462
Juros pagos	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	818	1.629	3.563	41.462
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Participações societárias	(7.684)	13.565	-	-
Aplicações financeiras	16.404	(4.975)	13.488	(4.975)
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	1.596	1.268
Dividendos a receber	-	(2.236)	(2.698)	(2.236)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	8.720	6.354	12.386	(5.943)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Capitalização de juros	-	-	-	-
Aumento de Capital atribuída à sócios não controladores	-	-	(20.723)	(18.536)
Aumento de capital	140.000	(1.594)	140.000	(1.594)
Adiantamento para redução de capital	(47.000)	-	-	-
Agio na subscrição de ações	-	(6.380)	-	(6.380)
Empréstimos e debêntures captados liquidados do custo de emissão	-	(33)	-	942
Pagamentos de empréstimos - Juros	(12.338)	-	(18.028)	-
Pagamentos de empréstimos - Amortização do principal	(90.200)	-	(116.873)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(9.538)	(8.007)	(15.624)	(25.568)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	(24)	327	9.951
No início do exercício	-	24	17.964	8.013
No fim do exercício	-	-	18.291	17.964
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	(24)	327	9.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Órion Transmissão S.A ("Companhia" ou "Órion"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 02 de janeiro de 2020 e que iniciou suas atividades em 23 de janeiro de 2020, tendo como único acionista o XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infra Estrutura ("Fundo), com prazo indeterminado de duração. Sua sede está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

A Companhia tem por objeto social: (i) realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades de distribuição e transmissão de energia elétrica da Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do seu objeto social; (ii) investimento em novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente nas áreas de distribuição e transmissão de energia elétrica, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras ou da operação e manutenção das instalações; e (iii) participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente a participação em projetos de infraestrutura e empreendimentos na área de energia elétrica no Brasil.

Em 04 de março de 2024, a Orion adquiriu a participação societária de 24,5% nas empresas BRE 1 e BRE 3 detida pela Brenergia. Com essas novas aquisições de controle acionários, a Órion passou a deter 75,50% do capital total da SPEs (BRE e BRE 3), ante 51% em 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detém as seguintes participações societárias diretas:

Empreendimentos	31/12/2024	31/12/2023
Arteon Z Transmissão e Participações S.A. (Holding)	76,02%	76,02%
Bre1 Implantação De Sist De Transm. Elétrica SPE	75,5%	51,00%
Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE	75,5%	51,00%

Nota: A Arteon Z é uma Holding detentora das SPEs Arteon Z1 Energia S.A. ("Z1"), Arteon Z2 Energia S.A. ("Z2") e da Arteon Z3 Energia S.A. ("Z3").

As SPEs possuem os contratos de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica conforme a seguir:

Concessionária	Contrato	Revisão Tarifária Periódica		Prazo (anos)	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP		
		Prazo (anos)	Vencimento			R\$	Mês-base	
Arteon Z1 S.A ¹	29/2017	30	11/08/2047	5	2028	IPCA	13.148	07/2024
Arteon Z2 S.A ²	45/2017	30	01/09/2047	5	2028	IPCA	22.829	07/2024
Arteon Z3 S.A ³	09/2018	30	08/03/2048	5	2028	IPCA	12.667	07/2024
BRE ⁴	10/2018	30	08/03/2048	5	2028	IPCA	10.164	07/2024
BRE3 ⁵	19/2018	30	21/09/2048	5	2028	IPCA	11.132	07/2024

1) Linhas de Transmissão Resende 500/138 kV 3x100 MVA localizada no Estado do Rio de Janeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

2) Linhas de Transmissão composta pela subestação SE 230/69-13 8 kV Caxias II (2x100 MVA) e seccionamento da LT; pelo novo pátio 230/69- 13 8 kV Subestação Teresina II (2x150 MVA) e pelo novo pátio 230/69-138 kV Subestação Boa Esperança II (2x100 MVA) localizada nos Estados do Piauí e Maranhão.

3) Linhas de Transmissão é composto pela subestação SE ITABUNA III 230/138 kV 3 x 150 MVA.

4) Linhas de Transmissão composta pela subestação SE Lagoa do Carro 230/69 Kv - 300 MVA, localizada no Estado do Pernambuco.

5) Linhas de Transmissão composta pela subestação SE Santana II 230/69 kV-13,8 kV, 2 x 100 MVA localizada no Estado do Alagoas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Essas demonstrações foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

As informações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de sua Controlada em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas Controladas em dar continuidade às suas atividades.

A Companhia e sua Controlada adotaram todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 25 de abril de 2025.

2.1. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.2 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12 abrangendo a Companhia Orion Transmissão S.A. e suas controladas.

As controladas são todas as Companhias nas quais a Orion Transmissão S.A. detém o controle, o controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Participação (%)		
Controladas	31/12/2024	31/12/2023
Arteon Z Transmissão e Participações S.A.	76,02%	76,02%
BRE Implantação de Sist. de Transmissão Elétrica	75,5%	51%
BRE3 Implantação de Sist.de Transmissão Elétrica	75,5%	51%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos receitas e despesas entre as empresas consolidadas bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. Práticas contábeis materiais

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua Controlada atuam. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de sua Controlada.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos passivos receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Na contabilização dos contratos de concessão as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração substancialmente no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura ampliação reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração das controladas da Companhia avaliam o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada à remuneração pela atividade de operar e manter conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção é reconhecida a receita pelo valor justo tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa amplia reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Receita anual permitida - RAP

A RAP tem como finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos contados a partir do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Em dezembro de 2024, todas as SPEs possuíam seus ativos totalmente operacionais

Ativo de concessão - contratual

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação dela. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. Estes valores a receber registrados na rubrica "Serviços de O&M" são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual refletindo na controladora a partir da incorporação ao seu capital social com a adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão ou na sua prorrogação e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP) que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

A implementação da infraestrutura atividade executada durante fase de obra tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter e não somente a passagem do tempo sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/1996, concessionárias permissionárias e autorizados devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização equivalente à 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As subsidiárias aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de no mínimo 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico nos termos da Lei nº 9.991/2000 e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Imposto de renda e contribuição social:

a) Holding

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre resultado tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros

b) SPEs

O imposto de renda e a contribuição social das SPEs são calculados com base no lucro presumido. As alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo tributável são de 15% acrescida do adicional de 10% aplicadas sobre o excedente de R\$ 60.000 no trimestre para imposto de renda (8% de presunção), quando aplicável, e 9% sobre a base de cálculo para contribuição social (12% de presunção). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Investimentos

Na demonstração contábil individual da Controladora, as informações contábeis da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua Controlada têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (R1).

Reconhecimento de resultados

As receitas operacionais e financeiras, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência e de acordo com os pronunciamentos contábeis vigentes específicos para o setor de atuação da Companhia e de sua Controlada.

Normas e interpretações novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 foram as seguintes:

- CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants;
- CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7) - Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado);
- CPC 06 (R2) Arrendamentos (IFRS 16) - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior.
- CPC 09 Demonstração do valor adicionado. Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (R1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

As referidas normas não trouxeram impactos materiais para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao CPC 02 (R2) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade Ausência de conversibilidade (vigência: 01/01/2025).
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (vigência: 01/01/2025).
- Alterações ao IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (vigência: 01/01/2027).

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, nos fluxos de caixa e aguardará as orientações do CPC quanto à aplicação deste pronunciamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta corrente	-	-	18.291	17.964
Aplicação financeira (i)	3.341	22.217	3.341	22.217
Total	3.341	22.217	21.632	40.181

- (i) O saldo desse grupo é composto principalmente de aplicações financeiras em certificado de depósito bancários (CDB) a vista. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso e com baixo risco de crédito. Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas a uma taxa de 98% a 100% do CDI em (CDB) e 80% em compromissadas de curtíssimo prazo.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

5. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos referem-se a dividendos a receber da Arteon Z Transmissão e Participações S.A, da BRE 1 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica SPE e da BRE 3 Implantação de Sistema de Transmissão Elétrica.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber	4.934	2.236	4.934	2.236
Total	4.934	2.236	4.934	2.236

6. Concessionárias e permissionárias

Valores referentes ao faturamento da RAP e Demais Instalações de Transmissão ("DITs") das SPEs correspondentes à parcela operacional que serão recebidos em 3 parcelas vincendas nos dias 15 e 25 do mês subsequente e 05 do segundo mês subsequente ao faturamento.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	4.772	4.781
Concessionárias e permissionárias (faturado)	776	579
Concessionárias e permissionárias (a faturar)	1.805	1.720
Total	7.353	7.080

Os valores a receber de concessionárias e permissionárias são relativas ao serviço de transmissão de energia, e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas- correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7. Adiantamentos a fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores	30	-	1.230	1.668
Total	30	-	1.230	1.668

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

8. Almoxarifado

Avaliados ao custo de aquisição, composto principalmente por peças de reposição utilizadas para manutenção da infraestrutura:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Peças de reposição e manutenção	5.664	5.659
Total	5.664	5.659

9. Ativo contratual de concessão

O ativo contratual da concessão é de Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado, referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica descontado a valor presente.

Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Abaixo a movimentação do ativo de contratual:

Descrição	Consolidado	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	565.388	558.953
Receita de implementação de infraestrutura	-	5.347
Remuneração do ativo de concessão	53.315	52.414
Receita de operação e manutenção	7.692	5.754
RAP projetada x realizada	5.410	6.525
(-) Faturamento	(66.187)	(63.605)
Total	565.619	565.388
Circulante	32.450	31.268
Não circulante	533.169	534.120

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

10. Caixa restrito

As aplicações em conta das controladas Z2 e Z3 referem-se ao contrato de financiamento junto a instituição financeira BNB cuja finalidade é cobrir principal juros e outros custos relacionados ao contrato. O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva é de aproximadamente 3% a 6% do valor efetivamente desembolsado. Na controlada Arteon ZT, a aplicação esta vinculada à segunda emissão de debentures simples não conversíveis em ações, no montante mínimo do valor da próxima prestação vincenda.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação financeira - conta reserva	15.608	8.771
Total	15.608	8.771
Circulante	-	-
Não circulante	15.608	8.771

11. Investimentos

a) Composição dos saldos

Descrição	% de participação	31/12/2024	% de participação	31/12/2023
Mais Valia Arteon Z Transmissão e Participações S.A.	-	9.808	-	9.808
Bre1 Implantação De Sist De Transm. Elétrica SPE	75,50%	30.214	51,00%	18.999
Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE	75,50%	41.706	51,00%	25.202
Mais Valia Bre1 e Br3	-	6.442	-	8.039
Total	-	189.413	-	160.954

Conforme mencionado na NE 1, em 04 de março de 2024, a Órion Transmissão adquiriu 24,5% de participação societária detida pela Brenergia Energia Renováveis na empresa BRE 1 e 24,5% de participação detida pela Brenergia Energia Renováveis na empresa BRE 3. Com essas novas aquisições de controle acionários, a Órion passou a deter 75,50% do capital total da SPEs (BRE e BRE 3), ante 51% em 2023.

b) Movimentação dos saldos

Descrição	31/12/2023	Participação societária	Mais Valia	(-) Dividendos	(-) Outros	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Arteon Z Transmissão e Participações S.A.	108.717	-	-	(6.768)	-	9.104	111.053
Bre1 Implantação De Sist De Transm. Elétrica SPE	22.365	4.941	(669)	(3.319)	4.224	5.374	32.916
Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE	29.872	9.932	(928)	(3.630)	3.900	6.298	45.444
Total	160.954	14.873	(1.597)	(13.717)	8.124	20.776	189.413

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

12. Intangível

Em conformidade com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 15 - Combinação de Negócios, as controladas devem contabilizar o Balanço Patrimonial pela aplicação do método de aquisição, que consiste no reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos por seus valores justos, na data de aquisição. As controladas possuem hoje em seu ativo saldos de caixa e recebíveis entre outros saldos. O maior valor, entretanto, é o Ativo Contratual, oriundo do direito de exploração da atividade de transmissão, garantido por um contrato de concessão, e valorado com base no rendimento desse ativo a uma taxa de retorno esperada pelos acionistas. No âmbito de uma avaliação para fins de PPA, esse ativo deve ser reavaliado com base em retornos e premissas comuns a um participante médio de mercado, ou seja, a valor justo. Diante do exposto e a partir de análises e discussões realizadas com as Controladas, reavaliamos o ativo contratual a valor justo a partir do fluxo de caixa da firma descontado a valor presente com os devidos ajustes de balanço - ativos e passivos não operacionais e dívida líquida.

12.1 Arteon

a) Valor justo dos demais ativos e passivos assumidos

Patrimônio Líquido a Valor Justo - 100% Arteon

	Valor justo
Disponibilidades	17.264
Recebíveis	13.832
Impostos a recuperar	43
Ativo Intangível	(2.376)
Outros	4.919
Conta reserva	2.743
Ativo contratual	324.218
Total de ativos	<u>360.643</u>
Contas a Pagar	13.515
Impostos a pagar	256
Impostos diferidos	20.019
Dividendos	1.987
Empréstimos e financiamentos	211.606
Total passivos	247.383
Patrimônio Líquido	<u>113.260</u>
Participação de não controladores mensurada a valor justo	(33.311)
Total da contraprestação	<u>79.949</u>

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Alocação de preço de aquisição (em R\$) - Laudo

	Valor justo
Disponibilidades	12.187
Recebíveis	9.764
Impostos a recuperar	30
Ativo Intangível	(1.678)
Outros	3.472
Conta reserva	1.936
Ativo contratual	228.862
Total de ativos	<u>254.573</u>
Contas a Pagar	9.540
Impostos a pagar	181
	14.131
Dividendos	1.403
Empréstimos e financiamentos	149.370
Total passivos	<u>174.625</u>
Patrimônio Líquido	<u>79.948</u>
Parcela alocada	79.948
Valor presente das devoluções	22.617
Preço pago pela adquirente	102.565

12.2 BRE1 e BRE3 (Consolidado)

Patrimônio Líquido a Valor Justo - 100% BRE1 e BRE3 (Consolidado)

	Valor justo
Disponibilidades	2.064
Recebíveis	2.274
Almoxarifado operacional	1.883
Impostos a recuperar	30
Ativo Intangível	0
Outros	416
Conta reserva	2.625
Impostos diferidos	0
Ativo contratual	201.577
Total de ativos	<u>210.869</u>
Contas a Pagar	899
Impostos a pagar	382
Impostos diferidos	12.057
Outros	319
Empréstimos e financiamentos	105.836
Total passivos	<u>119.493</u>
Patrimônio Líquido	<u>91.376</u>

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Alocação de preço de aquisição (em R\$) - Laudo		Valor justo
Disponibilidades		1.053
Recebíveis		1.160
Almoxarifado operacional		960
Impostos a recuperar		15
Ativo Intangível		-
Outros		212
Conta reserva		1.339
Impostos diferidos		-
Ativo contratual		102.804
Total de ativos		<u>107.543</u>
Contas a Pagar		458
Impostos a pagar		195
Impostos diferidos		6.149
Outros		163
Empréstimos e financiamentos		53.976
Total passivos		<u>60.941</u>
Patrimônio Líquido		<u>46.602</u>
Parcela alocada		46.602
Valor presente das devoluções		-
Preço pago pela adquirente		46.602

b) Mais valia

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Arteon Z Transmissão e Participações S.A. (i)	9.808	9.808
Bre 1 e Bre3 Implantação De Sist De Transm Elétrica SPE (ii)	6.442	8.039
Total	<u>16.250</u>	<u>17.846</u>

(i) Em 2024 mantem-se o saldo correspondente à revisão da mais valia devido à reestruturação societária na controlada, ocorrida em 2022.

(ii) Em 2024, o saldo está composto pela mais valia da aquisição das participações acionárias das empresas representando um montante de R\$ 6.442 correspondente ao 75,5% do capital social e em 2023 R\$ 8.039 correspondente ao 51% de participação.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

13. Empréstimos e debêntures

a) Composição dos saldos

Contrato	Companhia	Valor da captação	Data de início	Encargos	Data Final	Finalidade	Garantia	Controladora	
								31/12/2024	31/12/2023
1ª emissão de debentures	Órion	84.747	01/11/2022	IPCA+juros	01/11/2024	Investimento de Infraestrutura	-	-	98.375
								-	98.375

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Contrato	Companhia	Valor da captação	Data de início	Encargos	Data Final	Finalidade	Garantia	Consolidado	
								31/12/2024	31/12/2023
1º emissão de debentures	Órion	84.747	01/11/2022	IPCA+juros	01/11/2024 15/01/2034	Investimento de Infraestrutura	-	-	98.375
19420181061951/19420192695271	Z2 Energia	80.606	24/12/2019	1,61%+IPCA / 1,54%+IPCA	15/06/2034	Investimento de Infraestrutura	Cessão fiduciária	60.180	66.473
194201810815178	Z3 Energia	51.872	30/07/2020	1,72%+IPCA	15/02/2036	Investimento de Infraestrutura	Conta reserva mantida no BNB Garantia fidejussória/Cessão fiduciária	47.673	49.859
2º emissão de debentures	Arteon Z	75.000	19/09/2020	6,20%+IPCA	15/08/2043	Investimento de Infraestrutura	Garantia fidejussória/Cessão fiduciária	90.791	88.856
3º emissão de debentures	Arteon Z	41.003	18/07/2023	7,24%+IPCA	15/08/2023	Investimento de Infraestrutura	fidejussória/Cessão fiduciária	46.827	41.627
.442018415819622	BRE1	44.197	22/03/2019	1,64%+IPCA	01/04/2043	Financiamento - Proinfa	Cessão fiduciária	47.021	48.592
.442018415819622	BRE1	-			01/04/2043	Aplicação financeira vinculada	-	(2.401)	(2.214)
.44201915920008	BRE3	50.036	23/09/2019	1,10%+IPCA	01/10/2039	Financiamento - Proinfa	Cessão fiduciária	48.375	50.037
.44201915920008	BRE3	-			01/10/2039	Aplicação financeira vinculada	-	(2.737)	(2.524)
								<u>335.729</u>	<u>439.081</u>
							Circulante	23.169	114.830
							Não circulante	312.560	324.251

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

b) Movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	98.375	85.907	439.081	401.267
Captação - Emissão de notas comerciais	-	-	-	(4.075)
Captação - Empréstimos e financiamentos (iv)	-	-	-	40.003
Pagamento principal	(90.200)	-	(116.873)	(26.275)
Capitalização de juros	4.163	12.468	9.853	12.468
Juros pagos	(12.338)	-	(18.028)	(6.118)
Juros e variações monetárias e cambiais	-	-	21.697	23.924
Aplicação financeira vinculada	-	-	-	(2.113)
	<u>-</u>	<u>98.375</u>	<u>335.729</u>	<u>439.081</u>

c) Cronograma de pagamentos

	Controladora	Consolidado
2025	-	23.526
2026	-	18.801
2027	-	19.680
2028	-	20.917
Após 2028	-	252.805
	<u>-</u>	<u>335.729</u>

d) Covenants e garantias

Os Contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas a serem seguidas pela Companhia. O "covenant financeiro" foi estabelecido pela emissora com índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,3X, a serem calculado pela emissora e acompanhados pelo agente fiduciário semestralmente, com base nas demonstrações financeiras regulatórias consolidadas da Arteon, sendo auditadas por empresas de auditoria independente registrados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os covenants acima mencionados foram cumpridos.

14. Provisões

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda conforme análise dos assessores jurídicos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2024 com base na opinião de seu assessor jurídico externo e na análise das demandas judiciais pendentes, a Companhia não constituiu novas provisões, mantendo dessa forma as provisões já constituídas em 2023 referente riscos cíveis no montante de R\$ 82 considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo R\$ 74 nas controladas BRE1 e R\$ 8 na BRE3.

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

15. Tributos diferidos

Os saldos de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual pela alíquota de 0,65% e 3% respectivamente e o recolhimento ocorrerá à medida que a Arteon receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/2017.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda diferido	11.312	11.223
Contribuição social diferida	6.119	6.199
	17.431	17.422
PIS diferido	3.676	3.676
COFINS diferido	16.969	16.961
	20.645	20.637
	38.076	38.059
Circulante	1.081	1.057
Não circulante	36.993	37.002

16. Dividendos Mínimos obrigatórios

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza de operação	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dividendos a pagar	-	2.545	-	-	-	9.061	-	2.941
Total	-	2.545	-	-	-	9.061	-	2.941

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era no valor de R\$ 241.055.820,00 representado por 241.055.820 ações. Em 31 de dezembro de 2023, era R\$ 101.055.820,00, representado por 101.055.820 ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação.

A composição do capital social está representada abaixo:

ORION TRANSMISSÃO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Acionistas	31/12/2024		R\$ mil
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	
XP Infra II Fundo de Investimento	241.055.820	100%	241.056
	241.055.820	100%	241.056
(-) Adiantamentos para redução de capital	(47.000.000)	100%	(47.000)
	194.055.820	100%	194.056

b) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do período até o limite de 20% do capital social. A reserva de lucros corresponde ao saldo do lucro líquido após a compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, a constituição da reserva legal, e do registro dos dividendos, quando aplicáveis, e da e será destinada conforme deliberação da AGE conforme proposta da Diretoria.

18. Receita líquida

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Remuneração do ativo de concessão (ii)	53.314	53.310
Receita de Construção (i)	-	5.347
Receita de operações de manutenção (i)	10.005	16.346
Revisão Tarifaria	-	(791)
Outras receitas	10.124	1.517
Receita bruta	73.443	75.729
PIS	(1.302)	(665)
COFINS	(1.375)	(2.430)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(481)	(471)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(182)	(210)
Encargos Regulatórios	(292)	(277)
Receita líquida	69.810	71.676

Abaixo resumo das receitas das transmissoras:

i. Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela companhia. Quando presta mais de um serviço em um contrato de concessão a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregue.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ii. Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado estabelecida no início dos contratos.

19. Custo de implementação e infraestrutura

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Custo de construção	-	(5.163)
Operações e manutenção	(2.289)	(2.556)
Pessoal e encargos	(249)	-
Serviços de terceiros	(7.567)	(5.388)
Outras despesas/receitas	-	(477)
Materiais e insumos	(113)	(104)
Aluguéis	(21)	(5)
Seguros	(273)	(152)
Outros	(277)	(114)
	<u>(10.788)</u>	<u>(13.959)</u>

20. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(16)	(1.364)	(348)	(1.563)
Serviços de terceiros	(511)	(3)	(1.822)	(2.587)
Materiais e insumos	(2)	(3)	(13)	(9)
Alugueis	-	-	(26)	(40)
Tributos	-	-	-	-
Outros	20)	(4)	(293)	(336)
	<u>(509)</u>	<u>(1.374)</u>	<u>(2.502)</u>	<u>(4.535)</u>

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	2.472	725	5.499	2.709
Outras Receitas	-	9	-	9
Impostos s/ receita financeira	(111)	(34)	(111)	(34)
Total de receitas financeiras	<u>2.361</u>	<u>700</u>	<u>5.388</u>	<u>2.685</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(4.220)	(12.505)	(31.681)	(36.812)
IOF, comissões e taxas	(29)	(37)	(1.927)	(2.716)
Multas	(2)	(11)	(50)	(129)
Outros	(18)	-	(341)	(3.196)
Total de despesas financeiras	(4.270)	(12.553)	(33.999)	(42.854)
Resultado financeiro líquido	(1.909)	(11.853)	(28.611)	(40.169)

22. Instrumentos financeiros

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando segurança rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável assim não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e bancos	2	-	-	6.460	17.964
Depósitos judiciais e cauções	2	-	-	14	-
Concessionárias e permissionárias	2	-	-	7.353	7.080
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	3.341	22.217	15.170	22.217
Caixa restrito	2	-	-	20.746	8.771
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	66	4	1.698	1.766
Empréstimos e debêntures	2	-	98.375	340.866	439.081

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou na ausência deste e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua Controlada classificam os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos outras entradas não observáveis no nível 1 direta ou indiretamente nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 -ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável assim não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia constantes do balanço patrimonial estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual que é próximo ao valor de mercado.

A Companhia e suas Controladas não designaram derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não possuem saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas.

23. Gestão de riscos e de capital

As operações financeiras são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora visando segurança rentabilidade e liquidez e previamente aprovada pela Diretoria. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar os negócios da Companhia e de sua Controlada são:

a) Risco de crédito

A Companhia e sua Controlada mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concessionárias e outros agentes regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica com cláusula de garantia bancária.

b) Risco de preço

As receitas são nos termos do contrato de concessão a RAP reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar da Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Ativos financeiros	31/12/2024	31/12/2023	Classificação de acordo com o CPC 48
Certificados de depósitos bancários (CDB) e Letras financeiras do tesouro (LFTs)	3.341	22.217	Valor justo

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Instrumento	Indexador	Data-base	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Certificados de depósitos bancários (CDB) e Letras financeiras do tesouro (LFTs)	CDI	31/12/2024	3.341	436	327	218	545	654
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	CDI	31/12/2023	22.217	2.897	2.173	1.449	3.621	4.346
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	CDI	31/12/2022	17.242	2.354	1.766	1.177	2.943	3.531

24. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL	17.799	1.759	27.908	13.011
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	6.052	598	9.489	4.424
Equivalência patrimonial	(20.217)	(14.988)	-	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	14.165	14.390	(9.489)	(4.424)
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(2.890)	(2.927)
Despesas de IRPJ e CSLL	-	-	(2.890)	(2.927)
Alíquota efetiva	0%	0%	-10%	-22%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

25. Seguros

A Administração contrata seguros para cobertura de riscos operacionais em níveis considerados suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui opinar sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração de cada instalação.

26. Eventos subsequentes

Em 06 de dezembro de 2024, foi deliberado pelos acionistas da Companhia a redução do capital social no valor total de R\$ 47.000, por julgar excessivo em relação ao objeto social da Companhia, na forma do art. 173 da Lei n.º 6.404/76, mediante a restituição do valor ao único acionista da Companhia. A Redução do Capital Social se tornou efetiva após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação da presente aprovação, nos termos do art. 174 da Lei n.º 6.404/76.